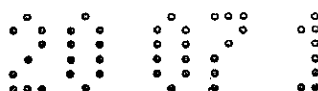
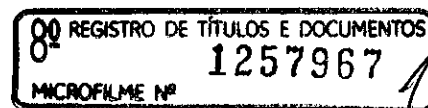


JUCESP PROTOCOLO
0.582.921/11-9



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS E NÃO PERMUTÁVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA
MOINHO PAULISTA S.A.

5.618.42



entre

MOINHO PAULISTA S.A.,
como Emissora,

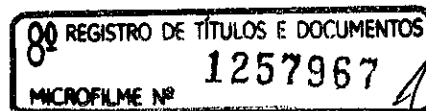
e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.,

*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
emissão*

Datada de

15 de junho de 2011



Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

MOINHO PAULISTA S.A., companhia fechada com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 13º andar, sala 01, Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 33.390.527/0001-29 e com NIRE 35300386451, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”;

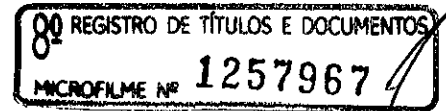
PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”;

celebram a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Moinho Paulista S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de junho de 2011 ("AGE").

JUCESP



200711

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia SP", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v) abaixo, vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data do registro na JUCESP, a qual deverá ocorrer em no máximo 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

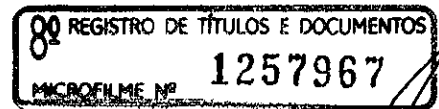
2.1.4 Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Melhores Práticas de Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3



JUN 20 11



JUN 20 11

2.1.5 Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel

2.1.5.1 Tendo em vista que a presente emissão conta com a garantia real de alienação fiduciária de imóvel descrita no item 4.11.1 abaixo, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo) será levado a registro pela Emissora no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Município de Santos, Estado de São Paulo, em no máximo, 10 (dez) dias úteis contados da Data de Emissão. Após o deferimento de referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel para o Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data do seu efetivo registro.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto: a moagem e armazenagem de trigo e fabricação e armazenagem de seus derivados, a industrialização, comercialização, importação e exportação de gêneros alimentícios em geral, exploração do ramo de representação comercial, gestão de negócios comerciais nas áreas de hipermercado, supermercado, Shopping Center, transportes rodoviários por conta própria ou de terceiros, emissão e administração de cartões de crédito por conta própria ou de terceiros, organização e promoção de eventos, entretenimento, diversões, serviços de *delivery* e alimentação como cafeteria, restaurante, lanchonete, Buffet e comércio, indústria, importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, de alimentos e bebidas de qualquer natureza, incluindo os produtos dietéticos, artigos para fumantes, animais vivos, bem como artigos e rações, mudas e sementes, flores e plantas, produtos químicos e suas composições, preparados e substâncias, inclusive tintas e vernizes, matérias primas de origem animal, vegetal e mineral, metais acabados e semi-acabados, metais preciosos e suas imitações, instrumentos, acessórios, aparelhos, equipamentos, ferramentas, implementos, máquinas, motores, aparelhos elétricos, eletrônicos, fotográficos de comunicação, computação de dados, eletrodomésticos, fitas, instrumentos musicais, artefatos de metal, ferro e plástico, produtos metalúrgicos, embalagens plásticas, utensílios domésticos, porcelanas, louças, cerâmica, vidro, cristal, móveis e artigos do imobiliário em geral, artigos de papelaria e escritório, livros, revistas e outros periódicos, roupas e acessórios do vestuário, tecidos, roupas de cama, mesa, banho, cortinas e tapetes, armarinhos, perfumaria, cosméticos e produtos de

JUN 30



30 07 11

limpeza doméstica e industrial, jogos e brinquedos, artigos para diversão, entretenimento, ginástica e esporte, e a participação como sócio acionista ou cotista, no capital de outras sociedades, de qualquer área econômica nacional ou estrangeira.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 250 (duzentos e cinquenta) debêntures ("Debêntures").

3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1 O banco mandatário será o Banco Pine S.A., instituição financeira com sede na Av. das Nações Unidas, 8.501, 29º e 30º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.144.175/0001-20 ("Banco Mandatário").

3.6.2 A instituição depositária será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001.12 ("Instituição Depositária").

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para composição de capital de giro e refinanciamento das dívidas atuais da Emissora.



JUN 20 2004

80 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME Nº 1257967

JUN 20 2004

3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”); e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, condicionada ao cumprimento das exigências conforme disposto no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

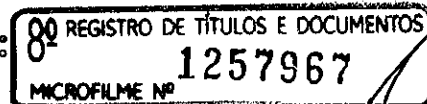
3.8.3 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Pine Investimentos DTVM Ltda., instituição financeira com sede na Av. das Nações Unidas, 8501, 29º andar, Sala 15, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.236.777/0001-78 (“Coordenador Líder”), e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não



JUN 2015



29 06 15

e o último pagamento da Remuneração será devido em 29 de junho de 2015, data de vencimento da Emissão.

4.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros”, Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDIk” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

10



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

“DIk” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

"spread" é igual a 6,0000

“DP” é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

4.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;



11.000.000

200711

- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

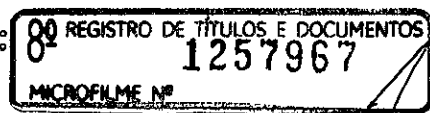
4.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 4.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 4.6.3 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.

4.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 4.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

JUN 07 11



4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "O Dia SP", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11 Garantias

4.11.1 Em garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura e das obrigações previstas no "instrumento particular de alienação fiduciária de imóvel e outras avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), principais e acessórias, a Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, constituirá, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, a alienação fiduciária sobre o seguinte imóvel, conforme os termos do artigo 24, IV, da Lei nº 9.514/97: imóvel localizado na Rua João Pessoa, 536, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, inscrito nas matrículas nº 57.003 e 57.004 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Santos - SP ("Imóvel").

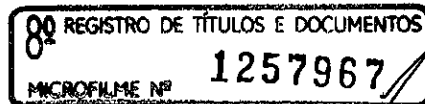
5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para



JUL 20 11



JUL 20 11

permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

5.2 Resgate Total Antecipado

5.2.1 Durante todo o prazo da Emissão, as Debêntures poderão ser totalmente resgatadas por iniciativa da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 15 (quinze) dias úteis de antecedência, informando (i) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; e (ii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.2.2 O resgate antecipado das Debêntures pela Emissora será realizado mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida *pro rata temporis* até a data do pagamento do resgate antecipado, acrescido de prêmio equivalente a (i) 15% (quinze por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre a Data de Emissão e o 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, inclusive; (ii) 10% (dez por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre o 13º (décimo terceiro) e o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, inclusive; e (iii) 5% (cinco por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre o 25º (vigésimo quinto) e o 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, inclusive. A partir do 37º (trigésimo sétimo) mês não será cobrado prêmio da Emissora para o resgate antecipado das Debêntures.

5.2.3 A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário da realização do Resgate Antecipado, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.



JUN 20 2011



JUN 20 2011

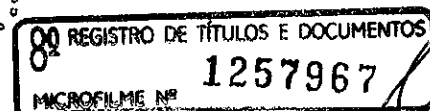
5.2.4 Não será admitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado") durante o prazo das Debêntures:

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- ii) provarem-se incompletas ou incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- iii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas na respectiva data de vencimento, não sanadas em até 5 (cinco) dias úteis;
- iv) descumprimento, pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas em até 10 (dez) dias úteis;
- v) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, ou de sua controladora direta ou indireta, de valor isolado ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- vi) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116

11.05.77



bens em garantia, ressalvados os processos que já estejam em andamento na Data de Emissão;

- xii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora, desde que enseje a diminuição, suspensão ou interrupção de sua operação, bem como das propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xiv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, sem o consentimento dos Debenturistas;
- xv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações a serem assumidas nesta Escritura;
- xvi) não observância do índice financeiro calculado de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índice Financeiro");
- xvii) caso a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures venham a infringir quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou implique em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xviii) realização de aumento ou redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- xix) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura,

A large, stylized handwritten signature in black ink. To the right of the signature is a circular stamp with the text "CONSULTORIA DE DEBENTURAS PLANHER" around the perimeter. There is also a small handwritten mark above the stamp.

ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 Lei das Sociedades por Ações;

- xx) aprovação de quaisquer das matérias listadas na cláusula 6.1 (xix) abaixo sem expresso consentimento dos Debenturistas;
- xxi) impedimento, por qualquer motivo, do exercício válido dos bônus de subscrição de nº 01/2011 a 250/2011, atribuídos como vantagem adicional das Debêntures;
- xxii) caso o Sr. João Carlos de Paiva Veríssimo, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 2.615.624, inscrito no CPF/MF sob o nº. 037.827.228-41, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fausto de Almeida Prado Penteado, 309, seja destituído ou renuncie ao seu cargo na Diretoria da Emissora; e
- xxiii) deterioração da garantia prevista no item 4.11 desta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em valor insuficiente para o pagamento de todas as obrigações da Emissora perante os Debenturistas.

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

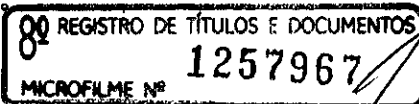
- i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (iii), (vii), (ix), (xi), (xiii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xx), (xxi), e (xxii) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.6. abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (ii), (iv), (v), (vi), (viii), (x), (xii), e (xxiii) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.3.3. abaixo, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 5.3.4. abaixo, será a data marcada para a

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- a) dentro de, no máximo, 105 (cento e cinco) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, e, caso as Debêntures sejam negociadas em mercado secundário, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração do Diretor Presidente de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (3) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento do Índice Financeiro para o respectivo exercício, o qual deverá conter a abertura das contas utilizadas na referida memória de cálculo, assinados pelo Diretor Financeiro da Emissora, que se colocará a disposição para esclarecimentos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - b) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;
 - d) dentro de 10 (dez) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;

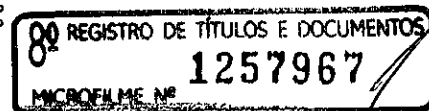
JUCESP



JUCESP

- e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em até 10 (dez) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a sua ocorrência;
 - g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
 - h) sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura, uma via original desta Escritura, devidamente arquivada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Paulo, Estado de São Paulo, e , em até 10 (dez) dias úteis após tal registro;
 - i) cópia da AGE, devidamente arquivada na JUCESP, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do seu arquivamento; e
 - j) laudo de avaliação dos Imóveis a ser emitido anualmente pela "Send Service Engenharia Ltda.", pela "Approval Avaliações e Engenharia SC Ltda.", ou outra empresa aprovada pelos Debenturistas em Assembléia Geral.
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCESP, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
- iii) caso as Debêntures venham a ser negociadas em mercado secundário, proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

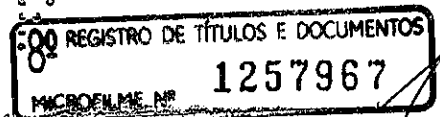




5

- xiv) caso as debêntures venham a ser negociadas em mercado secundário, nos termos do art. 14 da Instrução CVM nº 476/09, cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- xv) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvi) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, e aprovadas previamente pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger





7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/83").

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

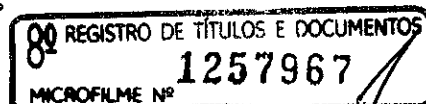




- xiv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP;
 - d) na CVM; e
 - e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto a Emissora, o Banco Mandatário e a CETIP;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP.
- xix) revisar o cálculo feito pela Emissora, em conjunto com seus auditores independentes, do Índice Financeiro, na forma estipulada no Anexo I da presente Escritura;



JUN 03 2011



2011 07 11

- xx) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura e pelos Contratos de Garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso; e
- xxi) cumprir as demais funções contidas no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, no caso da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas, inclusive promover a excussão das Garantias;
- ii) requerer a falência da Emissora, após decorrido o prazo do item (iii) abaixo;
- iii) decorridos 30 (trinta) dias da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado sem que a Emissora tenha adimplido com suas obrigações, constituir a Emissora em mora e tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) cada uma, sendo a primeira



JUN 11 1991

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME Nº 1257967

JUN 11 1991

parcela devida 3 (três) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas;

- ii) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada "pro rata temporis";
- iv) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação;
- v) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

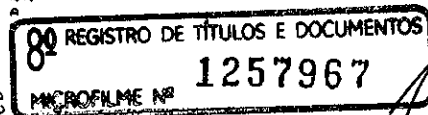
[Handwritten signature]

- vi) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros; e
- vii) a remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

7.6.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



8.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas, como por exemplo:

- (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; e
- (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) das Debêntures em circulação, presentes na Assembleia Geral de Debenturistas. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia

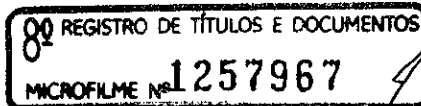
8.10 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;

JUN 29 1983



20 07 11

- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- x) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

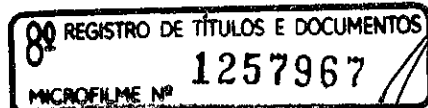
10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



JUCESP



2007.11

- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios; e
- xi) com exceção do descrito na cláusula 4.11.1 acima, não há quaisquer ônus sobre os bens móveis e imóveis da Emissora.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

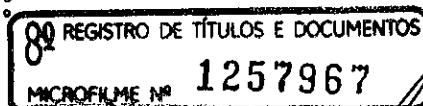
11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

38



JUL 20 2007 11



Moinho Paulista S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 13º andar, sala 01, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: João Alves Veríssimo

At.: João Carlos Veríssimo

Telefone: (11) 2182 0902

Fax: (11) 2182 0902

Correio eletrônico: cleusa@verpar.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda..

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

04.538-132 – São Paulo / SP

At.: Sr. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

e-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

iv) Para o Banco Mandatário:

Banco Pine S.A.

Av. Nações Unidas, 8.501, 29º e 30º andares

05425-070 - São Paulo - SP

At.: Gustavo Diniz Junqueira

Telefone: (11) 3372-5354

Fax: (11) 3372-5926

E-mail: pineinvestimentos@pineinvestimentos.com.br

v) Para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus s/nº, Vila Yara

06029-900 - Osasco - SP

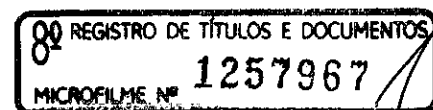
At.: João Batista de Souza / Fábio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684.7911 / (11) 3684-2852

39



JUN 20 11



Fax: (11)3684.2714

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

vi) Para a CETIP:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

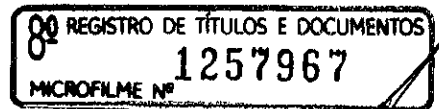
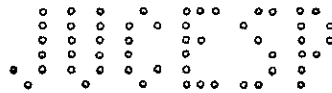
Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer



direito ou faculdade que caiba aos Debênturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

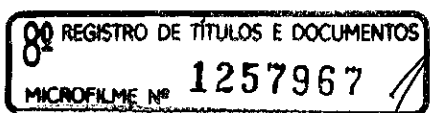
11.8 A presente Emissão está condicionada, nos termos do art. 125 do Código Civil, à constituição da garantia de alienação fiduciária de imóvel prevista na cláusula 4.11.1 acima.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JUN 29

20 07 11



E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 15 de junho de 2011.

(assinaturas nas páginas seguintes)



JUN 2011

80 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME Nº 1257967

2011

(página de assinatura 1/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Moinho Paulista S.A." celebrada entre Moinho Paulista S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 15 de junho de 2011)

MOINHO PAULISTA S.A

Nome: JOÃO ALVES VERÍSSIMO
Cargo: DIRETOR

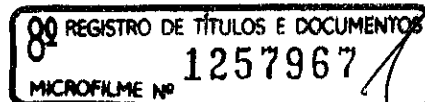
Nome: MANUEL MARQUES MARTINS
Cargo: DIRETOR



7

MC

JUN 2011



2011

(página de assinatura 2/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Moinho Paulista S.A." celebrada entre Moinho Paulista S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 15 de junho de 2011)

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

Cargo:

Viviane Rodrigues
Diretora

Nome:

Cargo:

Flávio D. Agostoni
Procurador



JUCESP

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME Nº 1257967

200711

(página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Moinho Paulista S.A." celebrada entre Moinho Paulista S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 15 de junho de 2011)

[Handwritten signature]

Testemunhas:

1.

Nome:

RG.:

[Handwritten signature]

Nome: Renato Martinelli Campana

RG: 28.971.783-2

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

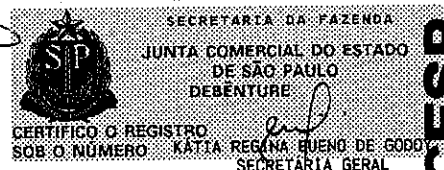
RTD

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20
Rua XV de Novembro, 251 - 4º andar - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 3.511,51 Protocolado e prenotado sob o n. 1.257.967 em
Estado R\$ 998,01 29/07/2011 e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 739,26 sob o n. 1.257.967, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 184,82 São Paulo, 29 de julho de 2011
T. Justiça R\$ 184,82

Total R\$ 5.618,42

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Cicero Carvalho de Lima - Escrevente Autorizado



JUCESP

ED000746-8/000



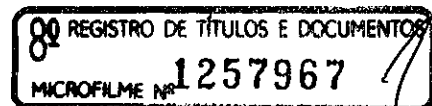
[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

ÍNDICE FINANCEIRO


i) Relação Dívida Líquida / EBITDA LTM máxima de 2 (duas) vezes.

Dívida Financeira Líquida	É o somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional de curto e longo prazo subtraído das Disponibilidades.
Disponibilidades	Disponibilidades de saldo de caixa e aplicações financeiras.
EBITDA	Calculado observando as disposições do Ofício Circular CVM n.º 01/2006, consistindo, referente aos doze últimos meses findo no período de referência, no lucro/prejuízo líquido da Emissora acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, receitas e despesas financeiras, receitas e despesas não operacionais, depreciação, amortização e <i>leasing</i> , despesa de atualização de dívidas tributárias e resultado de equivalência patrimonial.



LTM	Acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
-----	--

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo do Índice Financeiro, a Emissora e os Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novo Índice Financeiro equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

4.  Segue abaixo um modelo de cálculo do EBITDA que deve ser adotado como parâmetro para o cálculo do Índice Financeiro:

4. EBITDA - 2010

EBITDA DEMONSTRATIVE - In Reals		EBITDA		TOTAL 2010	Exchange Variance Suppliers	Bad Debt Provision	Director - Bonus and Employee Participation	Mark Unknown Expenses	TOTAL 2010 Adjusted
NET RESULT				4.127.284					4.127.284
(+)	Depreciation			4.540.973					4.540.973
(-)	Financial Result			17.783.584	-938.111				16.795.473
(+)	Tax and Social Contribution Provision			2.598.917					2.598.917
(+)	Bad Debt Provision			636.733		-636.733			0
(+)	Impact of Operations - ADM			469.414			-256.222	-469.414	0
(+)	Director - Bonus Out of Sales			256.222			-2.073.382		0
(-)	Director - Bonus - Administrative			2.073.382			-400.618		-0
(-)	Director - Bonus - Sales			400.618					0
(+)	Result in the Sale of Assets			46.712					0
(+)	Employee Participation			893.707			-893.707	-46.712	0
(-) EBITDA				33.807.546	-988.111	-636.733	-3.613.929	-516.126	28.052.648

Positive variance due to financial costs on wheat's import.

Adjustment of bad debt expense for EBITDA calculation. It is a operating expense.

Adjustment of bonus expenses to ETDIA's calculation. It is part of remuneration annual

Adjustment of miscellaneous expenses related to the political donation and awards to the sales employees.

These adjustments are ~~not~~ relating expenses.

